

**CONTRATO COM A ASSOCIAÇÃO DISCURSO PARALELO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE - EXCLUSIVIDADE
- IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MY POLIS NAS ESCOLAS DE LAGOA PARA ANO LETIVO 2023/2024**

VALOR DO ATO - 29 800,00 €

CONTRATO N.º 282/2023

Aos dezasseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três nesta cidade de Lagoa (Algarve), Edifício dos Paços do Concelho Edifício dos Paços do Concelho, [REDACTED] servindo de oficial público, vem redigir e celebrar o presente contrato entre os seguintes outorgantes: -----

PRIMEIRO OUTORGANTE: -----

MUNICÍPIO DE LAGOA, autarquia local com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, pessoa coletiva de direito público 506 804 240, que aqui figura como Primeiro Outorgante, representada neste ato pela sua Vereadora, **ANA CRISTINA TIAGO MARTINS**, com domicílio profissional no edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Ernesto Cabrita, em Lagoa e com poderes delegados para o ato que lhe são conferidos por via do despacho n.º 42/DA/2022, de 24 de fevereiro, publicado através do Edital n.º 662/2022, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17 de maio. -----

SEGUNDO OUTORGANTE: -----

DISCURSO PARALELO - ASSOCIAÇÃO, com sede social na Rua Dom João de Castro , 29 -, 1º Esq., Algés, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Oeiras, e com o número único de pessoa coletiva 514917865, neste ato representada por **Bernardo Branco Gonçalves**, titular do cartão de cidadão com o n.º [REDACTED] e número de identificação fiscal [REDACTED] com poderes para o ato conforme consta da certidão dos Estatutos da Associação apresentada. -----

Considerando que: -----

- A. O **MUNICÍPIO DE LAGOA** promoveu um procedimento por Ajuste Direto com a referência 2023/300.10.005/1082 para a prestação de serviços de " **IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MY POLIS NAS ESCOLAS DE LAGOA PARA ANO LETIVO 2023/2024** "; -----
- B. O procedimento, incluindo peças e despesa, foi aberto por despacho datado de 12 de setembro de 2023 da Sr.ª Vereadora no uso de competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, conforme despacho n.º 42/DA/2022, de 24 de fevereiro; -----
- C. Os encargos resultantes deste contrato compreendem compromissos plurianuais autorizados por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 12 de setembro de dois mil e vinte e

três, no exercício de competência delegada em si pela Assembleia Municipal por deliberação de 10 de novembro de 2021;-----

- D. A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental 04/020225; -----
- E. A presente aquisição de serviços foi adjudicada em 02 de outubro de 2023, assim como foi aprovada a minuta do presente contrato;-----
- F. A Entidade adjudicatária aprovou a minuta do presente Contrato em 10 de outubro de 2023; -----
- G. Para fazer face à despesa originada pela execução do contrato foi emitido o número sequencial de compromisso **125429**.-----

É reciprocamente acordado, livremente aceite e reduzido a escrito o presente Contrato de aquisição de serviços, adiante somente designado por “Contrato”, de acordo com as Cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto do Contrato)

1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços “**IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MY POLIS NAS ESCOLAS DE LAGOA PARA ANO LETIVO 2023/2024**”, nos termos melhor identificados nas peças do procedimento.-----
2. Para além do disposto no Contrato, a presente aquisição de serviços reger-se-á ainda pelas Cláusulas constantes do Caderno de Encargos e da Proposta apresentada e com as demais peças que constituem o processo de concurso, que ficam a fazer parte integrante do contrato que constituem documentos integrantes do presente contrato.-----
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe.-----

CLÁUSULA SEGUNDA

(Prazo de vigência)

1. O prazo de execução da prestação de serviços objeto do presente contrato termina a **31 de julho 2024**.
2. A execução da prestação de serviços terá início no dia útil seguinte à publicação no portal dos contratos públicos.-----

CLÁUSULA TERCEIRA

(Preço contratual)

1. O preço contratual é de **29.800,00 €** (vinte e oito mil e oitocentos euros), ao qual acresce Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%, nos seguintes termos:-----

- a) **No corrente ano - 11. 920,00 €** (onze mil e novecentos e vinte euros) ao qual acresce Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%; -----
- b) **No ano 2024 - 17.880,00 €** (dezassete mil e oitocentos e oitenta euros) ao qual acresce Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%.-----

2. O preço contratual será o preço a pagar pelo contraente público, em resultado da proposta adjudicada e que inclui todos os custos, encargos e despesas necessários à execução integral do objeto do contrato cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no presente contrato ao contraente público. -----

CLÁUSULA QUARTA **(Obrigações Principais)**

1 - De acordo com o estipulado na cláusula 4^a e anexo I do caderno de encargos decorrem para o segundo outorgante, as seguintes obrigações principais: -----

- a) Entrega do relatório de preparação dos materiais pedagógicos, Cronograma e Plano de Atividades com objetivos e tarefas; -----
- b) Acompanhamento metodológico da operação (com foco no MyPolis nas Escolas e no Orçamento Participativo Jovem) e sua gestão operacional e estratégica;-----
- c) Desenvolvimento de programa promotor da participação e da cidadania ativa através de atividades de reflexão, estímulo do pensamento crítico, ideação, debate, votação e ação; -----
- d) Disponibilização da ferramenta digital MyPolis para utilização em sessões na sala de aula;-----
- e) Disponibilização do jogo digital Mansão Civitas;-----
- f) Disponibilização de materiais pedagógicos para a dinamização de sessões de sala;-----
- g) Auscultação dos alunos/as relativamente a ações de cidadania a realizar no concelho e nas escolas, relacionadas com os Domínios da Educação para a Cidadania selecionados pelos professores/as;-----
- h) Formação acreditada (3h) para professores/as para utilização da ferramenta e dinamização de sessões participativas;-----
- i) Suporte pedagógico digital a professores e professoras (sem limite de horas);-----
- j) Apoio presencial a professores e professoras para a dinamização de sessões na sala de aula;-----
- k) Dinamização de Assembleias Digitais com a participação de decisores/as políticos/as municipais, alunos/as, professores/as e direções dos Agrupamentos de Escolas participantes.-----

l) Disponibilização de backoffice para acompanhamento da progressão dos utilizadores/as e avaliação das principais métricas pelo Município e professores/s.-----

m) Produção de relatório de resumo das atividades e do impacto no final do ano letivo.-----

2 - A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.-----

CLÁUSULA QUINTA

Atento o valor contratual, não é exigível caução, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação. -----

CLÁUSULA SEXTA

(Condições de pagamento)

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência eletrónica interbancária para o NIB indicado pelo adjudicatário. -----

2. As faturas emitidas serão remetidas pelo adjudicatário através de correio digital para contabilidade@cm-lagoa.pt. -----

3. O prazo de pagamento máximo é de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrada de cada fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que as mesmas tenham sido aprovadas, pelo gestor do contrato.

4. As faturas apresentadas pela execução da aquisição de serviços, objeto deste Caderno de Encargos, deverão fazer a referência ao número do sequencial de compromisso que suportará a despesa com a sua execução e ser remetidas em suporte eletrónico. -----

5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----

6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o presente Caderno de Encargos. -----

CLÁUSULA SÉTIMA

(Revisão de preços)

O preço da aquisição de serviços é fixo e não sujeito a revisão de preços. -----

CLÁUSULA OITAVA

(Cessão da posição contratual e Subcontratação)

A cessão da posição contratual cumpre o regime jurídico vigente nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

CLÁUSULA NONA

(Sanções contratuais)

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, previstas nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Caderno de Encargos. -----

CLÁUSULA DÉCIMA

(Alterações ao contrato)

Qualquer aditamento ou alteração ao contrato só será válido se constar de documento escrito assinado pelos Contraentes, do qual conste expressamente a indicação das cláusulas modificadas ou aditadas. -----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Deveres de informação)

Para além dos específicos deveres de informação consagrados neste contrato, cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé. -----

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Dever de Sigilo)

1 O adjudicatário, incluindo seus trabalhadores, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo. ---

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato. -----

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes. -----

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Gestor do contrato)

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, foi nomeado como gestor do contrato [REDACTED] tendo como função o acompanhamento da sua execução. ----

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

(Legislação Aplicável e Foro competente)

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no caderno de encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes. -----
2. Para resolução de todos os litígios respeitantes ao contrato, quer na sua fase de formação quer na sua execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Foram apresentados os seguintes documentos que ficam arquivados: -----

- - Certidão dos Serviços de Finanças de Oeiras - 2; -----
- - Certidão do Instituto da Segurança Social, IP; -----
- - Certificados de Registos Criminais da empresa e representante legal; -----
- - Declaração conforme modelo do anexo II do CCP; -----
- - Certidão permanente ou respetivo código/Estatutos; -----
- - Declaração de aceitação do Código de Ética do Município de Lagoa. -----

E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado eletronicamente, no uso de certificado digital qualificada por ambos os outorgantes e pelo oficial público que o elaborou, nos termos e para efeitos do artigo 94.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, em sinal de conformidade e de aceitação do seu conteúdo, considerando-se datado e válido com a oposição da última assinatura. ----

Fazem parte do contrato: o caderno de encargos, a proposta e declaração de aceitação do Código de Ética do Município de Lagoa. -----

O Primeiro Outorgante

Assinado por: **Ana Cristina Tiago Martins**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2023.10.16 15:44:53+01'00'

O Segundo Outorgante

Assinado por: **Bernardo Branco Gonçalves**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2023.10.17 11:07:36 +0100

O Oficial Público

Assinado por: [REDACTED]
[REDACTED]
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2023.10.16 15:40:00+01'00'

